

Sujeito e Subjetividade na Análise de Discurso Pecheutiana

Subject and Subjectivity in Pecheutian Discourse Analysis

Kátia Roseane Cortez Santos¹

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este artigo discute como a Análise de Discurso pecheutiana concebe as categorias de sujeito e de subjetividade em seu quadro teórico. Essa reflexão é realizada à luz de autores como: Pêcheux (1995 [1975]); Althusser (1980 [1970]), Orlandi (2012 [1999]; 2002), Mussalim (2004 [2001]) e Santos (2013). O artigo também efetua uma aplicação da discussão teórica no poema “Vivem em nós inúmeros”, de Ricardo Reis, para fins de tateamento teórico-analítico. Os resultados do percurso empreendido apontam para um entendimento de que a Análise de Discurso de linha pecheutiana compreende o sujeito e a subjetividade de forma totalmente diversa da linguística estruturalista e da linguística enunciativa. Isso porque considera os processos de subjetivação/assujeitamento, em que o sujeito é resultado da interpelação ideológica via inconsciente. Isso faz com que ele seja sujeito *da* e *na* linguagem, instituído *na* e *pela* história e marcado pela heterogeneidade que o constitui.

Palavras-chave: Análise de Discurso pecheutiana; Sujeito; Subjetividade.

Abstract: This article discusses how the Pecheutian Discourse Analysis conceives the categories of subject and subjectivity in its theoretical framework. This discussion is carried out using the work of authors such as: Pêcheux (1995 [1975]); Althusser (1980 [1970]), Orlandi (2012 [1999], 2002), Mussalim (2004 [2001]) and Santos (2013). The article also makes an application of the theoretical discussion in Ricardo Reis's poem “Vivem em nós inúmeros”. The results of this research point to an understanding that the Discourse Analysis of the pecheutian line comprehends the subject and the subjectivity in a completely different way from the structural linguistic and enunciative linguistics. This is because it considers the processes of subjectivation / *assujeitamento*, in which the subject is the result of the ideological interpellation via the unconscious. This makes him subject *of* and *in* language, instituted *in* and *by* history and marked by the heterogeneity that constitutes him.

Keywords: Pecheutian Discourse Analysis; Subject; Subjectivity.

**Submetido em 31 de março de 2019.
Aprovado em 05 de setembro de 2019.**

Introdução

¹ Pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá. Email: katiacortez_@hotmail.com.

Se considerarmos que a Análise de Discurso pecheutiana (AD) “é a forma de conhecimento que se realiza em seu objeto – o discurso – pela conjunção desses três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história” (ORLANDI, 2002, p. 65), tem-se que a categoria “sujeito” é um dos pilares centrais nos estudos discursivos de vertente materialista. Isso porque, como veremos no decorrer deste trabalho, o sujeito é tomado pela AD de forma totalmente distinta dos estudos que precedem essa teoria (mais especificamente a linguística estruturalista e a linguística enunciativa).

No que concerne à temática da subjetividade, Orlandi (2002, p. 65) afirma que ela “pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no homem. [...] o acontecimento significativo que é o discurso tem a noção de subjetividade como um lugar teórico fundamental”. Assim, o acontecimento histórico do significativo (do simbólico, da linguagem) no homem é o que possibilita a passagem da noção de indivíduo para a de sujeito, tese central para a AD.

Nesse sentido, uma vez que a teoria inaugurada por Pêcheux é tida como uma teoria não subjetivista da subjetividade, este artigo tem por objetivo propiciar uma reflexão acerca da categoria sujeito no quadro teórico da AD e sobre como essa vertente dos estudos da linguagem concebe a subjetividade.

A fim de realizar essa reflexão, mobilizaremos conceitos da AD que se mostram relevantes no tratamento dos dois objetos centrais dessa investigação, a saber sujeito e subjetividade, tais como: formação discursiva, interdiscurso, ideologia, interpelação ideológica, esquecimentos 1 e 2, forma-sujeito e as três modalidades de subjetivação. Vale ressaltar que tais conceitos não serão tratados neste texto de forma aprofundada, visto que só serão trazidos à tona quando forem pertinentes para o objetivo geral deste estudo. Como aporte teórico, utilizaremos, essencialmente, os seguintes autores, além de Pêcheux (1995 [1975]): Althusser (1980 [1970]), Orlandi (2012 [1999]; 2002), Mussalim (2004 [2001]), Mariani (2006) e Santos (2013).

Para cumprir esse objetivo mais amplo, delimitamos objetivos específicos, observados nas seguintes perguntas: 1) Identifica como a ciência linguística concebia a subjetividade nos trabalhos anteriores a Pêcheux; 2) Verificar se a noção de sujeito é tratada da mesma maneira nas três fases da AD; 3) Investigar como atualmente os estudos no viés da AD materialista compreendem a subjetividade e o sujeito em sua relação com a ideologia e com o inconsciente; e 4) Analisar como o poema “Vivem em nós inúmeros”, de Ricardo Reis, significa, no que diz respeito às categorias sujeito e subjetividade.

Cada um dos pontos elencados acima é discutido em uma seção deste artigo, que ainda conta com algumas considerações finais sobre o percurso teórico e analítico realizado. Tais ponderações são feitas no sentido de ratificar que a abordagem de Pêcheux acerca do sujeito e da subjetividade difere radicalmente do que até então havia sendo pensado na linguística, pois propõe um aparato teórico-metodológico que engendra ideologia, linguística e discurso, atravessados e articulados por “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1990], p. 164).

1 A subjetividade nos estudos linguísticos

No dicionário Michaelis online², temos a seguinte definição de subjetividade:

Subjetividade: 1 Caráter ou qualidade de subjetivo. 2 FILOS Aquilo que se relaciona unicamente a um indivíduo, sendo inacessível a outrem. 3 Característica de todos os fenômenos psíquicos que se relacionam ao próprio indivíduo e considerados por ele seus. ANTÔN: objetividade.

Sobre essa definição, podemos fazer duas observações: 1) a subjetividade é vista como uma característica ligada a um único indivíduo, a partir de uma perspectiva psíquica; 2) ela é estabelecida em oposição à objetividade. É nesse sentido que se compreende o fato de a subjetividade ter sido rechaçada dos estudos linguísticos quando do estabelecimento desse campo científico, no século XX, por Ferdinand de Saussure (1857-1913). Isso porque se primava pelo caráter objetivo da ciência e pela dicotomia língua x fala, sendo esta relativa ao indivíduo e, portanto, impossível de ser estudada cientificamente, e aquela concebida como sistemática e, por isso, tida como o verdadeiro objeto da linguística (SAUSSURE, 2001 [1916]).

Entretanto, isso não significa que a questão da subjetividade na linguagem tenha sido totalmente esquecida nos estudos linguísticos. Antes mesmo de Saussure, ainda no século XIX, o pré-estruturalista francês Michel Bréal (1832–1915) já discutia a subjetividade em seu trabalho *Ensaio de semântica*, realizado em 1897. Fournet (2011), em um artigo convenientemente intitulado *Michel Bréal (1832–1915), a forgotten precursor of enunciation and subjectivity*, aponta que o capítulo XXV, *O elemento subjetivo*, do livro de Bréal “lida com a expressão da subjetividade na tessitura, no

² <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subjetividade/>

vocabulário e na gramática das línguas” (FOURNET, 2011, p. 202), sendo que o termo “subjetivo” não é utilizado em oposição a “objetivo”, mas em referência à maneira como os falantes, agindo como sujeitos, mostram-se em seus enunciados.

Bréal (1992 [1897]) inicia seu texto sobre o elemento subjetivo da linguagem comentando uma analogia realizada com certa frequência: aquela entre a linguagem e a peça teatral:

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal [...]. Essa intervenção é o que proponho chamar o *aspecto subjetivo da linguagem* (BRÉAL, 1992 [1897], p. 157, grifos do autor).

Essa intervenção do produtor se daria de três formas: “1) por palavras ou membros de frases; 2) por formas gramaticais; 3) pelo plano geral de nossas línguas” (BRÉAL, 1992 [1987], p. 157). Em relação à primeira forma, são indicados alguns exemplos: as palavras *felizmente, sem dúvida, talvez, provavelmente e seguramente*. Nesse ponto, vale destacar o que é indicado pelo autor em seu texto:

Se digo, ao falar de um viajante: “A esta hora, *sem dúvida*, ele já chegou”, *sem dúvida* não diz respeito ao viajante, mas a mim. A análise lógica, como é praticada nas escolas, foi às vezes dificultada por esse elemento subjetivo: ela não viu que todo discurso um pouco vivo pode tomar o caráter de um diálogo com leitor (BRÉAL, 1992 [1987], p. 158).

Já no que concerne à segunda maneira pela qual o elemento subjetivo se faz presente na língua, as formas gramaticais, temos como exemplo os verbos, sendo que o modo imperativo seria aquele em que o elemento subjetivo se mostra mais fortemente, uma vez que “ele une, à ideia da ação, a ideia da vontade daquele que fala” (BRÉAL, 1992 [1987], p. 160).

Por último, sobre a subjetividade se expressar no plano geral das línguas, Bréal (1992 [1987], p. 161) afirma que “o homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada” e, logo em seguida, aponta diferenças substanciais entre as três pessoas do verbo: a primeira, com o qual o falante opõe sua

individualidade ao restante do mundo; a segunda, que só existe na medida em que é interpelada pela primeira pessoa; e a terceira, a única que representaria de fato a porção objetiva da linguagem.

Nota-se, nesse ponto, a similaridade entre tal pensamento e o raciocínio formulado por aquele considerado o precursor da Enunciação, o francês Émile Benveniste (1902-1976). De fato, Fournet (2011) afirma que muitas das ideias desenvolvidas nos trabalhos de Benveniste já estavam apresentadas em Bréal, sendo incerto se aquele as redescobriu ou se as leu diretamente neste. Mais especificamente chamamos a atenção para o que é dito em Benveniste (1976 [1958]), no conhecido capítulo *Da subjetividade na linguagem*.

Nesse texto, o autor declara que a linguagem "é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem" (1976 [1958], p. 287). Ele explicita, ainda, ser a subjetividade "a capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'" (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 286), sendo que essa proposição se daria no uso do *eu*, cujo emprego instauraria ao mesmo tempo a consciência de si e a instância do outro, o *tu*. Dessa forma, tal consciência só seria possível via contraste, diálogo, condição *sine qua non* para o exercício da linguagem:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a 'mim', torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu* (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 286, grifos do autor).

Em oposição ao *eu* e ao *tu*, estaria uma não-pessoa, o *ele/ela*, "que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação" (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 292, grifo do autor). A partir desse ponto, Benveniste (1976 [1958]) acrescenta algo novo em relação a Bréal (1992 [1897]), ao instituir o chamado *Aparelho Formal da Enunciação* (FOURNET, 2011), que envolve os indicadores da dêixis: "demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do 'sujeito' tomado como ponto de referência: 'isto, aqui, agora' e as suas numerosas correlações 'isso, ontem, no ano passado, amanhã', etc." (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 288).

Outra concepção de subjetividade, que será o foco deste trabalho, é aquela adotada por Michel Pêcheux (1938-1983), fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso

(doravante AD). Sua abordagem em relação à língua (entendida como instância em que se materializa o discurso, o qual, por sua vez, manifesta a ideologia) e à subjetividade (e, por extensão ao sujeito) difere significativamente das abordagens de Saussure, Bréal e Benveniste. Martins (2004) explicita que

A fenda aberta no estruturalismo pelo reconhecimento da enunciação foi fundamental para que se reincorporasse aos estudos lingüísticos a noção de subjetividade. Pêcheux, no entanto, contesta a noção de linguagem como sistema fechado em si mesmo, de Saussure, e a perspectiva individual e subjetiva de enunciação, de Benveniste, considerando a língua numa perspectiva histórica e social. (MARTINS, 2004, p. 8).

Na próxima seção, abordaremos com mais detalhes como Pêcheux lida com a questão do sujeito nas comumente referidas três fases da AD.

2 O sujeito nos três momentos da AD

A AD pecheutiana é uma teoria dinâmica, que até hoje promove debates e reflexões acerca de suas bases epistemológicas e metodológicas. No entanto, é possível pontuar dois momentos em que a AD passou por grandes reformulações, que deram origem aos três períodos da AD: o período de construção da teoria (1966-1975); o período de aprofundamento (década de 70); e o terceiro período (a partir da década de 80). Cada período pode ser representado por uma obra de Pêcheux: *Análise Automática do Discurso* (1969), *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975) e *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983).

Na primeira fase da AD, o processo de produção discursiva é entendido como "uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que 'utilizam' seus discursos quando na verdade são seus 'servos' assujeitados" (PÊCHEUX, 1997 [1990], p. 311). Assim, devido a essa maquinaria, o sujeito não é a fonte de seu próprio discurso, está subordinado a regras específicas que delimitam o que diz. "Quem de fato fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia" (POSSENTI, s/d apud MUSSALIM, 2004 [2001], p. 133).

De acordo com Mussalim (2004 [2001]), na segunda fase, a noção de máquina estrutural fechada em si começa a ser revista, devido à incorporação do conceito de

Formação Discursiva (FD), tomado de empréstimo do filósofo Michel Foucault (1926-1984)³. Incorporando essa noção, Pêcheux considera a FD como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160, grifos do autor).

Diante do conceito de FD, tem-se que o sujeito, nessa segunda fase, não é mais marcado pela ideia de unidade, mas sim pelo fato de que pode assumir várias posições diferentes de acordo com as FD das quais faz parte. Apesar disso, o sujeito continua não sendo completamente livre, pois “sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica” (MUSSALIM, 2004 [2001], p. 133)⁴.

Já no que diz respeito à terceira fase da AD, que vigora até o presente momento, temos um sujeito heterogêneo (diferente do sujeito da primeira fase da AD), ainda submetido às FDs às quais pertence (como o sujeito da segunda fase da AD), mas agora marcado pelo primado do interdiscurso, entendido como “aquilo que compreende o conjunto das **formações discursivas** e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a resignificação do **sujeito** sobre o que já foi dito, o repetível” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 17, grifos do autor). Ademais, apesar de as duas primeiras fases da AD já conceberem o sujeito como inconsciente (MUSSALIM, 2004 [2001]), é neste último momento da teoria que se faz mais explícita na concepção de um “eu” que perde sua centralidade, já que o “outro” – que pode ser entendido tanto como o interdiscurso, quanto como o inconsciente – passa a compor esse sujeito descentrado, clivado, dividido.

Na próxima seção, abordaremos com maior profundidade a noção de sujeito adotada nos estudos atuais em AD, ou seja, um sujeito pensado em sua relação com a ideologia e com o inconsciente e constitutivamente heterogêneo. Além disso, trataremos dos processos de subjetivação do sujeito, considerando conceitos como a tese da interpelação (ALTHUSSER, 1980 [1970]), os dois tipos de esquecimentos inerentes ao

³A Formação Discursiva para esse autor é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 1997 [1969], p. 43-44).

⁴A Formação Ideológica (FI) é o “conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classe em conflito umas com as outras” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 17).

discurso (PÊCHEUX, 1995 [1975]) e as três modalidades de subjetivação (PÊCHEUX, 1995 [1975]), dentre outras formulações que possam contribuir para a reflexão aqui proposta acerca do sujeito e da subjetividade na Análise de Discurso pecheutiana.

3 Subjetividade, ideologia e inconsciente

Antes de discutirmos as questões próprias da subjetividade em AD, é preciso contextualizar o surgimento dessa área dos estudos científicos, explicitando seus objetivos, seu objeto, e seu caráter transdisciplinar. Dessa forma, temos que a AD surgiu na França, nos anos 60, como uma resposta a análise de conteúdo, que se pauta na extração de sentido do texto, buscando o que o texto quer dizer; diferentemente, a AD não considera a linguagem transparente e, portanto, não busca “o que o texto diz”, mas “como o texto significa” (ORLANDI, 2012 [1999]). Assim, a AD passa a considerar ‘o modo de funcionamento linguístico-textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção (BRANDÃO, 1998, p. 19 apud SANTOS, 2013, p. 210).

Nesse ponto, no que concerne à temática da subjetividade, é possível fazer algumas considerações sobre a AD em referência ao estruturalismo saussuriano e à linguística enunciativa de Benveniste (que, como vimos, tem fortes raízes no trabalho de Bréal). Sobre a dicotomia língua/fala de Saussure, vale ressaltar que Pêcheux compreendia que essa oposição não seria suficiente para dar conta da complexidade do discurso, o qual é entendido pelo teórico como sendo “um ponto intermediário entre linguagem e ideologia” (SANTOS, 2013, p. 212). Dessa forma, o objeto teórico de estudo da AD não é a língua (como concebida por Saussure), mas o discurso:

Objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua); prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. O discurso é dispersão de textos e a possibilidade de entender o discurso como prática deriva da própria concepção de linguagem marcada pelo conceito de social e histórico com o qual a AD trabalha. É importante ressaltar que essa noção de discurso nada tem a ver com a noção de parole/fala referida por Saussure (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 14-14)

Já no que concerne à linguística da enunciação, embora ela pense a língua em funcionamento, não circunscrita às estruturas, e, nesse sentido, considere o discurso, diante da definição explicitada acima, é possível perceber que a noção de discurso adotada pela AD é bem diferente da assumida por Benveniste. Isso porque, enquanto este vê a enunciação/discurso “como instauração de funcionamento da língua por um ato individual” (SANTOS, 2013, p. 213), Pêcheux entende o discurso como uma prática social, o que torna possível a afirmação de que o fundador da AD propõe uma teoria não subjetivista da subjetividade, como será possível perceber com mais clareza no decorrer deste trabalho.

Nas palavras de Pêcheux, nesse quadro teórico, AD é proposta como uma teoria que propicia: “uma análise científica dos processos discursivos, articulando, no *materialismo histórico*, o estudo das superestruturas ideológicas, a teoria psicanalítica e a pesquisa linguística” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 255, grifos do autor). Ou, como explica Santos (2013), a AD é postulada como

[...] a articulação entre o **materialismo** histórico, entendido a partir da teoria das formações e transformações sociais, que compreende a teoria das ideologias; a **linguística**, como teoria que estuda, concomitantemente, a sintaxe e os processos de enunciação; e a a teoria do **discurso**, que investiga a determinação histórica dos processos semânticos (SANTOS, 2013, p. 213, grifos nossos).

Assim, para dar conta do sentido (pensado na conjunção da língua com a história), a AD reúne essas três regiões do conhecimento perpassadas por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica (ORLANDI, 2012 [1999]), isto é, assume-se a concepção de um sujeito clivado, dividido, que não fala, mas que é falado pelo inconsciente (e pelo interdiscurso, se nessa reflexão já considerarmos a questão ideológica).

Nessa direção, Mariani (2006) aponta que Lacan compreende a subjetividade como o que resulta da entrada do bebê no campo do simbólico, no campo da linguagem, “permitindo que esse bebê, como ser falante, possa vir a dizer ‘eu’ e projetar imaginariamente um mito individual” (MARIANI, 2006, p. 26). A autora ainda afirma que, para Lacan, nesse momento de subjetivação do bebê, opera-se uma cisão subjetiva do aparelho psíquico, fazendo com que sempre digamos “mais do que supomos dizer, pois na fala se inscreve um saber inconsciente” (MARIANI, 2006, p. 26). Sob essa

perspectiva, a subjetividade “resulta do acontecimento da linguagem no sujeito” (MARIANI, 2006, p. 33).

Por outro lado, sob um viés materialista, Althusser compreende o processo de subjetivação em sua relação com a ideologia, formulando sua tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia, tese esta tão cara aos estudos de AD: “*toda a ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos*, pelo funcionamento da categoria de sujeito” (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 98-99, grifos do autor). Essa tese advém como uma conclusão de outras duas, a saber: 1) “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”; 2) “a ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 77; 83).

Dado que a Análise de Discurso francesa, na perspectiva de Michel Pêcheux, reterritorializa tanto a noção de sujeito inconsciente, de Lacan, quanto à concepção de sujeito ideologicamente assujeitado, de Althusser, temos que, na constituição da subjetividade:

ocorre um duplo processo engendrado pela inscrição do significante estruturando o inconsciente e constituindo o sujeito: uma identificação simbólica do sujeito à formação discursiva na qual ele se constitui e um assujeitamento ideológico aos sentidos que essa mesma formação discursiva, enquanto matriz de sentidos, produz (MARIANI, 2006, p. 28).

Em outras palavras, o indivíduo se subjetiva tanto pela entrada na linguagem, com a identificação à determinada formação discursiva (FD), quanto pela ideologia, a qual “recruta’ sujeitos entre indivíduos (recruta-os a todos)” (ALTHUSSER, 1980 [1970], p. 99) e é eterna, atemporal, o que resulta no fato de os indivíduos serem sempre-já sujeitos (ALTHUSSER, 1980 [1970]).

Dessa forma, a subjetividade em AD resulta sim do acontecimento da linguagem no sujeito, como salientado por Mariani (2006), mas compreendendo-se acontecimento como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 17). Em outra formulação: “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história” (ORLANDI, 2002, p. 66). Sobre esse ponto, a autora ainda explicita: “a subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento” (GERALDI, 2002, p. 66).

Para Mariani e Magalhães (2013),

Falando, nos subjetivamos, nos cernimos e marcamos o vazio, pois a presença de um significante implica a ausência dos demais. Cada sujeito é fisgado, capturado na linguagem, na descontinuidade do sistema significante. Isso não se dá da mesma maneira para cada sujeito, mas afeta de modo instintivo os sentidos que produzimos sobre nós mesmos, os outros, o mundo a nossa volta, nossas escolhas etc” (MAGALHÃES, 2013, p. 119).

Sobre esse excerto, é possível fazer algumas considerações: a) é porque a presença de um significante resulta na ausência de outros que podemos conceber a afirmação de Lacan de que o inconsciente se estrutura como linguagem (noção de valor linguístico de Saussure); b) o sujeito é “fisgado”, isto é, interpelado, por meio do inconsciente; c) a interpelação não acontece da mesma maneira para todos os sujeitos, mas afeta os sentidos porque “não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. [...] Não é em ‘x’ que está a ideologia, é no mecanismo (imaginário) de produzir ‘x’, sendo ‘x’ um objeto simbólico” (ORLANDI, 2002, p. 70).

Neste ponto, é importante evidenciar que o sujeito não se dá conta que é interpelado, o que nos leva ao conceito de evidência primeira, de Pêcheux: “a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitui um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 153). A segunda evidência da qual trata Pêcheux está relacionada ao sentido: “todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto ‘sujeitos-falantes’” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 157). Tais evidências são efeitos, ilusões necessárias ao funcionamento do sujeito e do sentido. Sobre esta última evidência, o teórico ainda aponta que compreendê-la faz com que evitemos o “efeito Münchhausen”, o qual coloca o sujeito como origem do próprio sujeito e, no caso que interessa à AD, o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1995 [1975]).

Tais evidências, como efeitos, estão diretamente relacionadas aos esquecimentos de que trata o autor. O esquecimento nº 1 é ideológico, da ordem do inconsciente e postula que o sujeito, pelo processo de interpelação, tem a ilusão de que é origem de seu dizer, desconsiderando o primado do interdiscurso sobre o intradiscurso, isto é, o primado dos outros dizeres que perpassam o eixo da formulação de um enunciado. Nas palavras do autor: “apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não

pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 173, grifo do autor).

Por outro lado, o esquecimento nº 2 é enunciativo, da ordem do semiconsciente e dispõem sobre o fato de o sujeito se apoiar na aparência de que o que ele diz só pode ser dito de uma forma, ou seja, de que a linguagem é transparente, havendo uma equivalência unívoca entre forma e sentido. Como Pêcheux (1995 [1975]) aponta:

Concordamos em chamar de *esquecimento nº2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*” (PÊCHEUX, 1995 [1975]p. 173, grifos do autor).

Diferentemente da AD foucaultiana, que considera que o lugar do sujeito é uma função, isto é, uma posição vazia ocupada por qualquer falante (FOUCAULT, 1997 [1969]), a AD pechetiana considera que o lugar de sujeito “é preenchido por aquilo que ele [Pêcheux] denomina de forma-sujeito, ou sujeito do saber de determinada FD” (SANTOS, 2013, p. 229). Isso porque, para essa vertente da AD, o sujeito não é o ser empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega marcas sócio-histórico-ideológicas. Esse esclarecimento é importante para que se possa compreender a afirmação de que “o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 177), ou, em outra formulação, a forma-sujeito “simula o interdiscurso no intradiscurso” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 167).

Por fim, para compreender a subjetividade na AD pecheutiana e agora que já expusemos os esquecimentos e a noção de forma-sujeito, discutiremos as três modalidades de subjetivação desenvolvidas por Pêcheux (1995 [1975]), cujo tratamento é essencial quando pensamos em como os efeitos de sentido de determinado discurso podem ser diferentes a depender de qual modalidade está posta em funcionamento.

Na primeira modalidade, há uma superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito, em que há uma **identificação** plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o determina. Temos o discurso do “bom sujeito” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 215) Já na segunda modalidade, a tomada de posição do sujeito se dá no sentido de uma contraposição frente à forma-sujeito, sendo que há uma **contraidentificação** entre

o sujeito e alguns saberes da FD (distanciamento, contestação, questionamento), trazendo para o interior da FD um discurso exterior, que resulta em uma FD heterogênea. Trata-se do “mau sujeito” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 215). A terceira modalidade subjetiva e discursiva, por sua vez, caracteriza-se por uma **desidentificação** do sujeito com determinada FD e sua forma-sujeito. Cabe ressaltar que essa desidentificação não é uma anulação da forma-sujeito, o que implicaria em concluir que seria possível escapar à interpelação ideológica. O que se dá, de fato, é um deslocamento, em que o sujeito se desidentifica de uma FD e já se identifica com outra, assumindo sua forma-sujeito. Isso porque “essa relação, ponto central da prática política e ideológica do proletariado, não está ‘fora da ideologia’” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 230).

4 Sujeito e subjetividade em funcionamento no discurso

Nesta seção é exposto um material para aplicação da discussão teórica acerca do sujeito e da subjetividade com o intuito de realizar um tateamento teoricoanalítico. Assim, não se trata de uma análise discursiva propriamente dita, mas de uma aplicação teórica para um contato inicial com o material. Esse tateamento busca responder à seguinte pergunta analítica: Como o poema “Vivem em nós inúmeros”, de Ricardo Reis, significa, no que diz respeito às categorias sujeito e subjetividade?

Para iniciarmos o percurso, algumas considerações precisam ser feitas: 1) tal poema foi escrito por Ricardo Reis (heterônimo de Fernando Pessoa) em 1935 e está disponível em modo digital no site *arquivopessoa.net*⁵; 2) dado que o objeto teórico da AD é um só – o discurso – e seus objetos de análise podem ser diversos, decidimos escolher como material de análise um texto literário, entendendo que ele poderia propiciar reflexões interessantes sobre a tópicos propostos neste artigo, dada a própria temática que perpassa o poema.

Outra ressalva importante é a de que, considerada sua especificidade – a de texto pertencente à esfera artística da literatura – não nos interessa, para a análise aqui delineada, as condições de produção em seu sentido estrito, isto é, “as circunstâncias da enunciação: [...] o contexto imediato” (ORLANDI, 2002, p. 30). Por outro lado, as condições de produção em sentido amplo – “as condições de produção [que] incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2002, p. 30) serão importantes para

⁵ <http://arquivopessoa.net/textos/1823>

este percurso analítico na medida em que colaboram para o nosso gesto de interpretação no que concerne aos efeitos de sentido produzidos pelo poema, pensando esses efeitos em sua relação com os conceitos teóricos de sujeito e de subjetividade.

Vejamos, abaixo, o poema:

Vivem em nós inúmeros

Vivem em nós inúmeros;
Se penso ou sinto, ignoro
Quem é que pensa ou sente.
Sou somente o lugar
Onde se sente ou pensa.

Tenho mais almas que uma.
Há mais eus do que eu mesmo.

Existo todavia
Indiferente a todos.
Faço-os calar: eu falo.

Os impulsos cruzados
Do que sinto ou não sinto
Disputam em quem sou.
Ignoro-os. Nada ditam
A quem me sei: eu 'screvo.

Num primeiro momento, vale apontar que a partir da própria natureza de texto literário já podemos hipotetizar que se trata de um discurso lúdico, na tipologia proposta por Orlandi (2002), em que a autora distingue entre três modos de funcionamento do discurso “tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos” (ORLANDI, 2002, p. 86): o discurso autoritário, em que a polissemia é contida; o discurso polêmico, em que a polissemia é controlada; e o discurso lúdico, “aquele em que a polissemia é aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se

expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 86).

Nesse sentido, levando em conta os aspectos que apontariam para esse discurso polissêmico, lúdico, temos a grande possibilidade de entradas no texto, como a abordagem por uma perspectiva mística/religiosa, se tomarmos a ideia de várias almas que habitam um mesmo corpo; ou a possível consideração dos efeitos de sentido do poema em sua relação com o campo da medicina, mas especificamente das doenças mentais, caso se compreendesse que os “impulsos cruzados” os vários “eus” seriam fruto de algum tipo de transtorno dissociativo de identidade. Ambos são gestos de interpretação possíveis; no entanto, em consonância com o aporte teórico apresentado neste trabalho, a entrada na materialidade do texto se dará de maneira a contemplar o funcionamento da interpelação ideológica e do inconsciente nesse sujeito que não fala, mas que é falado no poema.

Por essa perspectiva, temos um aparente paradoxo funcionando, uma vez que ao mesmo tempo em que o sujeito se reconhece como um lugar vazio onde um outro sente e pensa, assumindo a existência de vários “eus” que coabitam seu corpo, não em harmonia, mas em disputa; ele retorna à fantasia de centralidade, assumindo sua existência, que, ao falar, cala os demais “eus”, que os ignora e que sabe de si no momento em que escreve.

O aparente paradoxo é fruto da heterogeneidade constitutiva do sujeito, um sujeito que, como vimos, é clivado, dividido, entre consciente e inconsciente. Um sujeito que tem a ilusão de ser a origem de seu discurso, a fantasia do “eu falo”, encenando o que Pêcheux (1995 [1975]) chama de “teatro da consciência”. Como afirma Mariani (s/d):

Pêcheux discute a evidência do sujeito e do sentido pressuposta nas teorias idealistas apontando ‘o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: à pergunta ‘quem é’, dá-se a resposta, bizarra e óbvia, ‘sou eu’, resposta essa sustentada em um ‘teatro da consciência’ – ‘eu falo’, ‘eu penso’, eu ouço’... – que apaga (ou melhor, coloca no esquecimento) o fato de que se fala *do* sujeito e *ao* sujeito muito antes que ele possa dizer ‘eu falo’, ‘sou eu’...” (Pêcheux, 1988, p. 155) (MARIANI, s/d, p. 2).

Assim funciona o esquecimento, que faz com que o sujeito desconheça o processo pelo qual é interpelado ideologicamente, via inconsciente. Esses outros “eus”, que o sujeito acredita que cala e ignora, não são nunca calados ou ignorados. Ao contrário do que o sujeito do poema deseja, os “outros” ditam a sua existência e o seu discurso, uma vez que esses “outros” advêm do interdiscurso, o “‘todo complexo com dominante’ das

formações discursivas” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 162), cujas regionalizações são as FDs, as quais, por sua vez, constituem-se no intrincamento com as formações ideológicas (FIs).

Por fim, ainda sobre os efeitos do assujeitamento no discurso, Orlandi (2012 [1999]) aponta que, do ponto discursivo, não é útil perguntar ao sujeito o que ele quis dizer com determinada formulação, pois isso não é suficiente para compreendermos os efeitos de sentido que se atualizam no seu dizer. Diante disso, a Análise de Discurso pecheutiana “não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem” (ORLANDI, 2002, p. 26).

Conclusão

Este trabalho teve por objetivo realizar uma reflexão acerca das noções de sujeito e de subjetividade no quadro teórico da AD pecheutiana. Para tanto, seguimos alguns passos: apresentamos um panorama geral dos estudos sobre subjetividade na linguística, enfatizando os trabalhos de Saussure (2002 [1916]), Bréal (1992 [1897]) e Benveniste (1976 [1958]); delineamos como a AD contempla a categoria sujeito em suas três fases; discutimos a subjetividade como conceito que se entrelaça à ideologia e ao inconsciente e estabelecemos relações com outros pontos-chaves da teoria de Pêcheux, a saber interpelação ideológica, esquecimentos 1 e 2 e as três modalidades discursivas do funcionamento subjetivo, além de diversos outros tópicos que foram abordados de acordo com a relevância para o entendimento dos dois pontos-chave deste estudo; por fim, realizamos um tateamento teoricoanalítico do poema “Vivem em nós inúmeros”, de Ricardo Reis, buscando responder como ele significa, no que diz respeito às categorias sujeito e subjetividade.

Ao fim desse percurso, compreendemos que Pêcheux operou uma revolução nos estudos linguísticos. Sua abordagem sobre o sujeito e sobre a subjetividade, embora fundamentada em reflexões anteriores (como é característico da investigação científica), difere significativamente do que se havia pensado até aquele momento. Pêcheux, ao criticar o objetivismo abstrato da corrente estruturalista e o subjetivismo individualista da linguística enunciativa, oferece uma teoria que aborda o sujeito em sua complexidade

heterogênea constitutiva e que o considera como sujeito *da e na* linguagem, instituído *na e pela* história.

Além disso, pudemos observar que a concepção de subjetividade na AD é pensada pelos processos de subjetivação/assujeitamento, em que o sujeito é interpelado ideologicamente, via inconsciente, sendo que essa interpelação trabalha com os esquecimentos (enunciativo e ideológico), fazendo com que o sujeito se identifique, se contraidentifique ou se desidentifique de uma FD, mas que nunca se mantenha fora da lógica de funcionamento da ideologia.

Tal funcionamento pôde ser ilustrado por meio da análise do poema “Vivem em nós inúmeros”, a qual se configurou em uma aproximação inicial ao material, em que nos atentamos para a maneira pela qual o sujeito é fisgado na fantasia de ser centro-sentido, na ilusão de que controla seus dizeres e consegue calar os outros “eus” que falam em si. Os efeitos de sentido em jogo no poema apontam para um movimento de tentativa de retorno ao sujeito cartesiano, uma vez que, em princípio, há um reconhecimento de que se é “o lugar onde se sente ou pensa”, o lugar onde algo pensa, algo fala; no entanto, ao mesmo tempo em que há esse reconhecimento, há um desconhecimento do *modus operandi* do assujeitamento, o que faz com que o sujeito, por uma necessidade subjetiva e discursiva, seja pego pelo efeito de evidência de ser fonte de seu dizer e de que o que diz possui um único sentido.

Encerramos este estudo salientando que muito poderia ainda ser dito sobre a temática desenvolvida aqui, e outros caminhos poderiam ter sido percorridos. Este texto, portanto, é fruto de escolhas e recortes realizados por nós, frente à infinidade de pré-construídos sobre o tema. Nesse sentido, buscamos organizar esses discursos dispersos em um todo coerente e esperamos ter conseguido propiciar reflexões sobre o que a AD concebida por Pêcheux compreende por sujeito e por subjetividade, sempre considerando que tanto o percurso teórico quanto o analítico vão “ao encontro do fato de que a ideologia e o inconsciente afetam os gestos de compreensão-interpretação das leituras e escutas empreendidas” (MARIANI, 2003, p. 59).

Bibliografia

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980 [1970].

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, 1976 [1958], p. 284-293.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. AÍDA, F. et alii (trads.) São Paulo: Pontes/Educ, 1992 [1897].

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1969].

FOURNET, A. Michel Bréal (1832-1915), a forgotten precursor of enunciation and subjectivity. **ReVEL**, v.9, n.16, 2011, p. 201-213.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 28p.

MARIANI, B. Sentido de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 1, 2006, p. 21-45.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, 2003, p. 55-72.

MARIANI, B. **Sujeito e sentidos**: efeitos de linguagem. s/d. Disponível em; <<http://docplayer.com.br/245100-Sujeito-e-sentido-efeitos-de-linguagem-bethania-s-c-mariani-universidade-federal-fluminense.html>>. Acesso em: 02 out. 2017.

MARIANI, B; MAGALHÃES, B. Lacan. In: OLIVEIRA, L. A. (Org). **Estudos dos discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 101-121.

MARTINS, A. C. S. Linguagem, subjetividade e história: a contribuição de Michel Pêcheux para a constituição da análise do discurso. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.6, n.1, jan./jun. 2004, p. 1-10.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 2., 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004 [2001].

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10 ed. Campinas: Pontes, 2012 [1999].

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, p. 2002.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997 [1990], p. 311-318.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008 [1983].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1995 [1975].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997 [1990], p. 163-252.

SANTOS, S. S. B. Pêcheux. In: OLIVEIRA, L. A. (Org). **Estudos dos discursos**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 209-233.

SAUSSURE, F, **Curso de linguística geral**. 23 ed. São Paulo: Cultrix, 2001 [1916].